PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

PRIMEIRA PARTE

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Joaquim José da Silva, brasileiro, casado, analista de sistema, portador da CTPS nº 080 520, série 006655, inscrito no CPF/MF sob o nº 094 134 465-68, domiciliado em Belo Horizonte e residente na rua Paracatu, nº 1264, apartamento nº 501, Santo Agostinho, CEP nº 30180-091, quer promover ação trabalhista contra sua empregadora, Cooperativa Agrícola Serviços Rurais Limitada, com sede em Belo Horizonte, na rua Paraíba nº 900, 3º andar, CEP nº 30130-141, inscrita no CGC/MF sob o nº 18 900 000/0006-80.

Informa:

- 1) que houve burla quanto à legislação do trabalho para que não recebesse os direitos trabalhistas;
- 2) que foi admitido na empresa em 1º de abril de 1989, mas que só foi registrado a partir de 1º de abril de 1990;
- 3) que laborava em sobrejornada, 4 horas extras por dia, sem receber o acréscimo de 100% previsto em ACT;
- 4) que percebe, atualmente, a remuneração de R\$ 4.000,00 mensais;
- 5) que trabalhava em feriados;
- 6) que não gozou as férias do período de 95/96;
- 7) que não recebeu, portanto, direitos trabalhistas previstos na lei, resultante do contrato e de instrumentos normativos;
- 8) que quer considerar resilido o contrato de trabalho por culpa patronal.

Como advogado constituído pelo empregado, propor a ação cabível, perante o órgão judicial competente.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES:

1) Um empregado foi contratado em Belo Horizonte por uma empresa e prestou serviços à empregadora em Juiz de Fora. Após 5 anos de casa, teve rescindido, sem justa causa, o contrato de trabalho, recebendo, com ressalvas apostas pelo sindicato, as verbas rescisória constantes do termo de rescisão de contrato. Desempregado, veio morar em Belo Horizonte com os seus familiares. Pretende mover ação trabalhista contra a ex-empregadora perante uma das Juntas de Conciliação e Julgamento desta Capital, em nome do princípio do fácil acesso ao Poder Judiciário. À luz da legislação trabalhista, o entendimento do interessado é correto? Como você o orientaria? Fundamente a resposta.

2) Qual o recurso cabível contra a decisão do Juiz Presidente que indefere, “in limine”, embargos à execução interpostos pelo executado que teve seus bens penhorados em execução trabalhista? Fundamente a resposta.

3) As decisões interlocutórias, no Processo do Trabalho, são recorríveis de imediato? Por quê? Qual o recurso adequado? Como deve agir o advogado, em defesa dos interesses do cliente, ante uma interlocutória adversa proferida em audiência? Fundamente a resposta com base na lei e na jurisprudência sumulada.

4) Que você entende por ação de cumprimento? Qual a razão de sua existência e onde está prevista? Que órgão é competente para a sua apreciação e julgamento?

5) O termo de acordo devidamente homologado pela Justiça do Trabalho desafia recurso? Por quê? Qual a medida impugnativa cabível? Fundamente a resposta, à luz da lei e/ou da jurisprudência sumulada.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO CIVIL

PRIMEIRA PARTE

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

JORGE CAMBRAIA, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na rua Lavras, nº 54, aptº 202, em Belo Horizonte, é credor de MÁRIO COSTA, brasileiro, solteiro, casado, residente e domiciliado na rua Formiga, nº 35, aptº 403, em Belo Horizonte, pela quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) , representada por nota promissória emitida em 04 de maio de 1996, na cidade de Belo Horizonte, e vencida em 31 de agosto daquele mesmo ano.

Faça a petição inicial de execução por quantia certa contra devedor solvente.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO CIVIL

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES:

1) Relatando graves dificuldades financeiras, alguém lhe diz que necessita vender um imóvel pertencente a um filho menor, para custear os estudos deste. Qual a solução que você daria para viabilizar a venda do bem? (Justifique sua posição, com indicação do procedimento a ser adotado bem como os dispositivos processuais atinentes).

2) O Síndico do edifício onde você possui um apartamento residencial pretende, sem o apoio dos demais condôminos, alterar a finalidade do prédio, para instalação de lojas comerciais, inclusive modificando a fachada, com colocação de um letreiro luminoso. O Síndico pode fazer isso? A legislação aplicável deverá ser mencionada na resposta.

3) Você é consultado por um pai que, tendo três (03) filhos, todos maiores e capazes, deseja vender seu apartamento para um deles. Qual a orientação que você lhe daria? (Indique o fundamento legal).

4) Se você fosse advogado do autor em ação de procedimento sumário em que momento apresentaria o rol de testemunhas? E como advogado do réu?

5) Qual o prazo para ajuizar uma ação Renovatória de Locação? O prazo é decadencial ou prescricional? Explique.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

PRIMEIRA PARTE - REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Antônio Silva e Roberto Gomes, comerciários, casados, ambos com 20 anos de idade, residentes em Vargem Linda, comarca do mesmo nome, em dia do mês de outubro de 1995, naquela cidade, após um jogo de futebol a que ambos assistiram, travaram uma discussão e se empenharam em luta corporal, da qual ambos saíram feridos, impossibilitado o primeiro, vale dizer, Antônio, para as ocupações habituais por mais de trinta dias (segundo o auto de exame de corpo delito a que foi submetido no mesmo dia por determinação do Delegado de Polícia, que fez instaurar o competente inquérito), enquanto Roberto, mais feliz, sofrera apenas lesão leve, constatada também por auto de exame.

Encerrado o inquérito, ambos foram denunciados no dia 3 de novembro do mesmo ano, dia em que foi recebida a denúncia, e estão sendo processados, um como outro pela prática de lesão corporal, tendo a denúncia capitulado o crime

atribuído a Roberto no art. 129, Parágrafo 1º, inc. I, do Código Penal, e classificado o crime por que foi denunciado Antônio no art. 129, caput, do mesmo Código.

Nos interrogatórios - atos para os quais não foi dado curador a nenhum deles - cada qual atribuiu a agressão ao outro e alegou ter sido ofendido por palavras injuriosas. Confessou Roberto que, realmente, teve de lançar mão de instrumento contundente que, por sorte sua, se achava no local, pois é mais fraco que Antônio e só assim pôde desvencilhar-se deste, que, entretanto, não se machucou muito, pois que ao cabo de apenas dez dias do fato, pôde retornar ao trabalho.

As testemunhas inquiridas na instrução não souberam afirmar qual dos acusados teve a iniciativa da agressão. As que foram arroladas por Roberto na defesa prévia disseram que este é pessoa de bom conceito e pacata, nada sabendo informar a respeito de Antônio. As que este arrolou disseram que o conhecem de longa data, sendo também pacato e ordeiro.

Não se procedeu a exame complementar nos termos do art. 168, parágrafo 2º, do CPP.

O Promotor de Justiça, em suas alegações finais, pediu a condenação de ambos os réus, e mais que, na fixação da pena, se levasse em conta a agravante do art. 61, II, a do Cód. Penal (motivo fútil, visto se tratar de briga por causa de futebol). Salientou que, embora a defesa prévia de um, como a do outro, se referisse a legítima defesa, seria impossível reconhecer reciprocidade de legítima defesa, uma vez que esta pressupõe situações antagônicas, de legitimidade do ato de quem se defende e de ilegitimidade de quem pratica a agressão, concluindo que não há legítima defesa contra legítima defesa. Demais, acrescentou, o art. 129, parágrafo 5º, do Código Penal, autorizando o Juiz transformar a pena de detenção em multa quando, em crimes de ferimentos, as lesões são recíprocas, acabou com o reconhecimento da justificativa do art. 19, nº II (atual art. 23, nº II), nos casos em que se ignora de quem partiu a primeira agressão, conforme opinião externada por Ary Franco no livro Dos Crimes Contra a Pessoa, p. 186.

Os autos estão com vista aos defensores, nos termos do art. 500 do CPP.

A defesa de Antônio será feita por seu advogado. Fazer a de Roberto Gomes

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

ÁREA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

SEGUNDA PARTE - QUESTÕES:

1) O Juiz de Direito da 100ª Vara Criminal decretou a prisão preventiva de José Antônio da Silva nos seguintes termos:

“Atendendo a representação do Sr. Delegado de Polícia, decreto a prisão preventiva de José Antônio da Silva, indiciado nestes autos de inquérito policial pela prática de homicídio doloso, mais que comprovada, e o faço não só por conveniência da instrução criminal, mas também em benefício da ordem pública e, principalmente, para assegurar a aplicação da lei penal, com base nos arts. 311, 312 e 313 do CPP. Expeça-se o mandado de prisão. Belo Horizonte, 2 de abril de 1997, a) F. - Juiz de Direito”.

Os estagiários de seu escritório estão perdidos, sem saber o que fazer. Acreditam que a prisão foi legalmente decretada por autoridade competente, em despacho conforme a lei e em caso que a comporta. Sabem que não adianta alegar que o réu goza de bom conceito porque isso não é verdade. E o indiciado já está preso. Dê-lhes, sucintamente, seu parecer sobre o que poderia ser feito desde já - se é que alguma coisa realmente poderá ser feita - em favor da liberdade do preso.

2) Terminado um julgamento pelo Tribunal do Júri às 2 horas da manhã de quinta-feira última com a condenação do réu, sentença lida na presença deste e do seu defensor, este deseja apelar da sentença condenatória, mas está em dúvida quanto ao dia em que vencerá o prazo de cinco dias. É que um dos estagiários é de entendimento que a quinta-feira já é contada, por força do que dispõe o art. 10 do Código Penal. O outro estagiário está de acordo, argumentando ainda que o réu e seu defensor ficaram cientes da sentença no início do dia, muito antes do horário normal de abertura do cartório, de modo que o advogado terá o dia inteiro para recorrer.

Explique-lhes, concisa e objetivamente, em que dia vencerá o prazo.

3) Tício, proprietário de uma loja de roupas femininas, disposto a testar a honestidade de suas vendedoras, idealizou juntamente com um agente de polícia o seguinte plano: durante período de experiência de cada vendedora esta seria encarregada de selecionar e organizar um número indeterminado de pares de meias de seda, enquanto que tanto Tício quanto o agente policial espreitariam a probidade das empregadas.

Certa feita, ao encarregar Salete, jovem de 22 anos e a mais nova contratada da casa, Tício e o agente policial surpreenderam-na guardando na bolsa 6 pares de meia de seda.

Findas as investigações policiais, a moça foi sujeita a processo criminal.

Pergunta-se: qual a principal linha de defesa a ser adotada no caso em questão?

4) Em processo penal, sentença condenatória determinando regime fechado para o cumprimento inicial da pena e reconhecendo os maus antecedentes de Cipriano Angastura foi prolatada. Sabe-se que o condenado respondeu ao processo solto e que o Juiz “a quo” não se manifestou sobre a faculdade de Cipriano poder ou não apelar em liberdade. Pergunta-se: se a sentença é omissa, pode o condenado apelar em liberdade? Fundamente.

5) Magistrado da Comarca de Visconde da Cruz Alta prolatou sentença condenatória contra o réu João da Silva pela prática de crime de furto simples.

Assim se manifestou o magistrado, na aplicação da pena.

...“ Isto posto, julgo incurso o réu como tendo cometido o crime capitulado no art. 155, **caput** do **Código Penal Brasileiro**.

Passo a aplicar a pena.

Atendendo a que a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos do crime são péssimos, fixo a pena-base em 3 (três) anos de reclusão.

Atendendo, ainda, ao fato de que inexistem circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como, causas de aumento e de diminuição da pena torno-a definitiva.

Passo a fixar a pena de multa.

Sendo o réu pobre, fixo a pena de multa em 1/30 do salário mínimo, sua culpabilidade é reprovável que seja multiplicado o valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos) por vinte (20) dias, no valor total de R\$ 94,60 (noventa e quatro reais e sessenta centavos). Não paga a multa no prazo legal, converta-se a pena de multa em prisão. Publique-se, registre-se, intime-se.”

Padece a aplicação da pena de alguma falha? Fundamente.